

Violência e a importância do trabalho em rede

Violence and the importance of networking in service provision

Franciéle Marabotti Costa Leite¹, Sthéfanie da Penha Silva², Karina Fardin Fiorotti³

As pessoas em situação de violência devem ser vistas em sua individualidade e subjetividade. Nesse sentido, profissionais que atuam junto a esse grupo precisam reconhecer tanto as vítimas — diretas ou indiretas — quanto os autores de violência como sujeitos de direitos. Essa compreensão perpassa por um atendimento humanizado e, consequentemente, demanda uma atuação em rede, visto a complexidade do agravo e seus impactos não apenas na saúde, mas também no âmbito social.

Infelizmente, a assistência às pessoas em situação de violência ainda é extremamente desafiadora. Essa dificuldade não se deve apenas à invisibilidade desse agravo para muitos profissionais, mas também à falta de conhecimento acerca do fenômeno, ao desconhecimento dos fluxos estabelecidos ou, ainda, à própria inexistência de uma rede de cuidado estruturada.

A qualidade da assistência às vítimas e a capacidade das instituições e dos profissionais em responder às demandas requerem formação e preparo não apenas para lidar com as consequências desse evento¹, mas também para compreender a necessidade das políticas de enfrentamento e prevenção das violências, a importância do trabalho em rede, da comunicação efetiva e do trabalho articulado entre os serviços de saúde, educação, justiça, segurança pública e assistência social, entre outros.

A violência é reconhecida como um dos graves problemas de saúde no Brasil e demanda um atendimento integrado, articulado e contínuo. No entanto, a construção dessa resposta ainda é desafiadora, pois requer o trabalho conjunto de instituições e serviços governamentais, não governamentais e da própria comunidade. Nesse processo, torna-se essencial reconhecer as famílias e os territórios onde vivem, os serviços que atuam nesses espaços e os profissionais que lidam direta ou indiretamente com pessoas em situação de violência. Esses parceiros são fundamentais para ampliar e mobilizar tanto os formuladores quanto os executores das políticas públicas, bem como impulsionar a mobilização social no enfrentamento da

¹ Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, Brasil.

² Secretaria Municipal de Saúde de Serra. Serra/ES, Brasil.

³ Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes. Vitória/ES, Brasil.

Correspondência:

francielemarabotti@gmail.com

Direitos autorais:

Copyright © 2025 Franciéle Marabotti Costa Leite, Sthéfanie da Penha Silva, Karina Fardin Fiorotti.

Licença:

Este é um texto distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Submetido:

14/2/2025

Aprovado:

20/3/2025

ISSN:

2446-5410

violência e na promoção da saúde. É igualmente fundamental reconhecer e envolver as redes sociais de apoio como parceiras na prevenção da violência e na promoção e garantia de direitos².

Assim, esse arranjo organizativo de ações e serviços constitui a Rede, que deve assegurar a integralidade da atenção, de acordo com as necessidades dos usuários, e ser integrada por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão³.

A organização de uma rede integrada, solidária, cooperativa e multiprofissional pressupõe que a atuação e as decisões que envolvem diferentes profissionais sejam adotadas de forma descentralizada e coordenada. A construção dessa rede é um processo contínuo e permanente, que demanda dinamismo e comprometimento entre os setores envolvidos no enfrentamento das violências e na promoção de um cuidado integral. Todavia, é de responsabilidade dos profissionais e das instituições o envolvimento nas ações de promoção de ambientes e relações saudáveis e de prevenção da violência, com ações voltadas para a melhoria da atenção às pessoas em situação de violência, sejam elas vítimas diretas ou indiretas, ou ainda autores de violência².

Ainda no que diz respeito às demandas dos profissionais e serviços envolvidos na assistência a grupos vulneráveis, observa-se a necessidade de fortalecimento de vínculos, de mudanças nos processos de trabalho, da capacitação contínua e adequada das equipes para o acolhimento e o manejo multiprofissional e multisectorial dos casos, da construção conjunta de fluxos e redes de atendimento para garantia do atendimento integral e da gestão participativa⁴⁻⁶.

Assim, a qualificação dos profissionais que atuam no enfrentamento das violências é fundamental para garantir a efetividade das ações e a integralidade da atenção a esse público. Para responder de maneira adequada à complexidade das situações de violência, é necessário que os profissionais compreendam as políticas públicas vigentes, reconheçam a importância da abordagem intersetorial e sejam capacitados para atuar de forma ética, qualificada, humanizada e articulada. Nesse sentido, a existência e o fortalecimento de fluxos de atendimento em rede são essenciais, pois orientam a atuação dos diferentes serviços e profissionais,

assegurando o acolhimento, a proteção e a continuidade do cuidado às pessoas em situação de violência. A construção e a pactuação desses fluxos favorecem a comunicação entre os setores, evitam a revitimização e fortalecem a rede como espaço de apoio, intervenção e promoção de direitos.

Em síntese, a abordagem da violência exige uma ação conjunta e integrada de diversos setores, com profissionais qualificados e fluxos de atendimento bem estabelecidos. A construção de uma rede de cuidados articulada e coordenada é essencial para garantir que as pessoas em situação de violência recebam o suporte necessário, respeitando suas necessidades específicas e promovendo a integralidade da atenção. Contudo, para que essa rede funcione de maneira eficaz, é fundamental investir na formação contínua dos profissionais e no fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência, buscando sempre um cuidado integral e humanizado e a promoção de ambientes saudáveis.

REFERÊNCIAS

1. Vieira EM, Hasse M. Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência. *Interface (Botucatu)*. 2017;21(60):52–62.
2. Njaine K, Assis SG, Constantino P, Avanci JQ, eds. Impactos da violência na saúde [Internet]. 4th ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2020 [cited 2025 Apr 28]. 448 p. Available from: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41379>
3. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria consolidada nº 3, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2017.
4. Carneiro JB, Gomes NP, Almeida LCG, Romano CMC, Silva AF, Weblar N, et al. Condições que interferem no cuidado às mulheres em situação de violência conjugal. *Esc Anna Nery*. 2021;25(5):e20210020. doi:10.1590/2177-9465-EAN-2021-0020.
5. Fusquine RS, Souza YA, Chagas ACF. Conhecimentos e condutas dos profissionais de saúde sobre a violência contra a mulher. *Rev Psicol Saúde*. 2021;13(1):113–24.
6. Gonsalves EN, Schraiber LB. Obstáculos e facilitadores para o trabalho em rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência. *Saúde Redes*. 2021;7(2):239–52.